

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.791.059 - PR (2019/0004843-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : OI S.A
ADVOGADOS : JOAQUIM MIRO - PR015181
BRUNO DI MARINO - RJ093384
LIDIA GUIMARÃES CUPELLO - RJ146950
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
LUIZ REMY MERLIN MUCHINSKI - PR040624
YURI PAES LEME DELGADO - RJ187129
AGRAVADO : LUCIMARA DE MENEZES KOSKOSKI
AGRAVADO : DEAN CARLOS LEFFLER
AGRAVADO : JOSE ARILDO FRANCO
ADVOGADO : MARCIUS NADAL MATOS - PR022865

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DESERÇÃO AFASTADA. COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE DO PREPARO NO MOMENTO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. EFETIVO INGRESSO DO VALOR NOS COFRES DO STJ. FINALIDADE ALCANÇADA. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO STJ. AÇÃO ORDINÁRIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA. EXIBIÇÃO INCIDENTAL DE DOCUMENTOS. NECESSIDADE DO PRÉVIO EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Na origem, consta dos autos que os autores ajuizaram ação de adimplemento contratual c/c exibição de documentos incidental em desfavor da atual Oi S.A., postulando a complementação do número de ações subscritas a menor em razão de contrato de participação financeira firmado com a extinta Telepar Telecomunicações do Paraná S.A.

O Juízo singular julgou parcialmente procedente o pedido para reconhecer o direito de complementação das ações subscritas a menor com a emissão do respectivo certificado e averbação livro próprio. Na sua impossibilidade, determinou a conversão da obrigação de fazer em perdas e danos para o fim de condenar a parte ré a pagar indenização pelo valor correspondente ao das ações não subscritas. A companhia também foi condenada a pagar indenização correspondente aos dividendos, bonificações,

juros sobre capital próprio, assim como outras vantagens legais geradas pela quantidade de ações subscritas.

A ré interpôs apelação pugnando pela reforma da sentença alegando as seguintes razões: a) falta de interesse de agir; b) ilegitimidade passiva; c) impossibilidade de inversão do ônus da prova; d) ausência de comprovação do fato constitutivo do direito alegado pelos autores; e e) necessidade de observância das normas aplicáveis quanto à emissão de ações.

A Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná negou provimento ao recurso, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 349):

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA EM INVESTIMENTO NO SERVIÇO TELEFÔNICO - PRETENSÃO AO RECEBIMENTO DE DIFERENÇA DE AÇÕES A QUE TERIAM DIREITO - AGRAVO RETIDO: AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E PAGAMENTO DE TAXAS - IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - ILEGITIMIDADE PASSIVA DA BRASILTELECOM NÃO CARACTERIZADA - INÉPCIA DA INICIAL POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DE ACIONISTA NÃO CONFIGURADA - PRESCRIÇÃO - AGRAVO IMPROVIDO - ALEGADA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS FATOS CONSTITUTIVOS - INOCORRÊNCIA - DESNECESSIDADE DE PROVA DA QUITAÇÃO DO CONTRATO - APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AO FEITO - VERBAS ACESSÓRIAS QUE SÃO CONSEQUÊNCIA DOS DIREITOS ACIONÁRIOS - RECURSO IMPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 395-410).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 413-438), a recorrente alegou a existência de violação aos arts. 333, I, e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973; 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976; e 402 do Código Civil, além de divergência jurisprudencial no tocante à aplicação da Súmula 389/STJ.

Sustentou, preliminarmente, negativa de prestação jurisdicional, aduzindo que o acórdão recorrido, mesmo instado a se manifestar com a oposição dos embargos de

declaração, não emitiu pronunciamento sobre a aplicação do art. 333, I, do CPC/1973. Afirmou que o aresto estadual não se manifestou sobre a ausência de verossimilhança das alegações da parte recorrida e sobre a falta de documentos que comprovem o fato constitutivo do direito alegado. Assentiu que os recorridos não demonstraram a existência da relação jurídica firmada.

Aduziu, em síntese, que a ação de exibição de documentos, mesmo de forma incidental, exige o exaurimento da via administrativa. Ressaltou que os autores, ora recorridos, não comprovaram a formulação do devido requerimento administrativo acompanhado do indispensável comprovante de pagamento da respectiva taxa, sendo manifesta a falta de interesse de agir.

Apontou, ao final, divergência jurisprudencial, asseverando que o acórdão estadual diverge do entendimento do STJ quanto à impositiva necessidade de comprovação do requerimento administrativo prévio como condição de procedibilidade da ação cautelar exibiria.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 501).

Admitido o processamento do apelo especial na origem, os autos ascenderam a esta Corte (e-STJ, fls. 528-529).

A decisão da Presidência do STJ não conheceu o recurso aplicando a Súmula 187/STJ. Ressaltou que o recurso especial não foi instruído com as guias de custas e de porte de remessa e retorno dos autos e os respectivos comprovantes de pagamento de forma legível (e-STJ, fls. 545-546).

No presente agravo interno (e-STJ, fls. 550-566), a recorrente afirma que efetuou corretamente o recolhimento do preparo recursal no momento da interposição do recurso especial em conformidade com o art. 1.007 do CPC/2015. Esclarece que, entre a interposição do recurso e a efetiva digitalização dos autos para remessa a esta Corte, decorreram quase 4 (quatro) anos, o que pode ter contribuído para o perecimento dos comprovantes bancários referentes dos referidos pagamentos. Colaciona cópia dos recibos de pagamento referente às custas judiciais e porte de remessa e retorno dos autos (e-STJ, fls. 564-565). Pugna pelo afastamento da Súmula n. 187 do STJ e pela apreciação das razões de mérito do recurso especial interposto.

Em atenção ao despacho de fl. 575 (e-STJ), a Secretaria Judiciária (e-STJ, fls. 244-245) certificou que os valores referentes aos pagamentos das custas judiciais e despesas de porte e remessa e retorno dos autos foram efetivamente recebidos na rubrica desta Corte (e-STJ, fl. 578).

Brevemente relatado, decido.

Diante da relevância das alegações da agravante e da efetiva comprovação do recolhimento do preparo, com base no § 6º do art. 259 do RISTJ, **reconsidero** a decisão de fls. 545-546 (e-STJ) e passo a novo exame do especial.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 535 do CPC/1973 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que tenha decidido em sentido contrário à pretensão da recorrente.

Na espécie, verifica-se que o acórdão recorrido esgotou a prestação jurisdicional que lhe cabia, de maneira que os embargos de declaração opostos pela agravante, de fato, não comportavam acolhimento.

A jurisprudência desta Corte é pacífica ao assentar que os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, de modo que o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos suscitados pela parte em embargos declaratórios, cuja rejeição, nesse contexto, não caracteriza negativa de prestação jurisdicional.

Quanto à suposta ausência de interesse de agir, verifica-se que o Tribunal estadual entendeu que, diante do princípio da inafastabilidade da jurisdição, não se exigiria o exaurimento da instância administrativa.

A propósito, confira-se o seguinte excerto do acórdão (e-STJ, fls. 352-356):

DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR E DA INÉPCIA DA INICIAL

Sustenta a parte agravante a falta de interesse processual dos autores, ante a ausência de requerimento administrativo e do pagamento da taxa respectiva, bem como inépcia da inicial diante da ausência de

comprovação da qualidade de assinante.

Porém, pretendem os autores a exibição de documento comum às partes, o que possibilita requerimento nos autos da ação ordinária, na forma que dispõem o art. 355 e 358 do Código de Processo Civil in verbis:

"Art. 355. O juiz pode ordenar que a parte exiba documento ou coisa, que se ache em seu poder.

Art. 358. O juiz não admitirá a recusa:

(...) "III - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes".

Outrossim, em que pese a disposição contida no art. 100, §19 da lei 6.404/76, o acesso ao Poder Judiciário não é condicionado, conforme dispõe o art. 59, inciso XXXV, da Constituição Federal de 1988, segundo o qual:

"XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;" Qualquer cidadão que entenda ter seu direito lesionado ou ameaçado pode buscar a prestação jurisdicional, independentemente do valor pecuniário do direito em questão ou de ingresso na esfera administrativa, pois a Constituição Federal de 1988 lhes garante acesso pleno à Justiça. Diante disso, presente se encontra o interesse de agir dos apelados.

Ademais, note-se que o acesso à Justiça é garantido a todos, inclusive àqueles que não detenham condições de custeio do processo, não se justificando, por incompatibilidade, que se exija a comprovação de requerimento administrativo mediante pagamento de taxas àqueles que perante o judiciário poderiam ter acesso a tais documentos sem quaisquer ônus.

Desta feita, não se pode exigir o esgotar-fimento de "instâncias" administrativas, diante da expressa previsão constitucional, no sentido de que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, diga-se; qualquer lesão ou ameaça a direito.

Ademais, não se trata o presente feito de cautelar de exibição de documentos, ou seja, não se refere o pedido de exibição à pretensão singular dos apelantes, mas, sim, meio, por intermédio do qual, pretendem demonstrar seu direito, decorrente de contrato firmado com a empresa sucedida pela apelante, sendo, por certo, aplicável ao caso corrente o disposto no art. 62, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90, possibilitando "a facilitação da defesa de seus direitos".

[...]

Outrossim, não há que se falar em aplicação da Súmula 389, do Superior Tribunal de Justiça, primeiramente, porque esta não possui efeito vinculante e, ainda, porque o caso não se refere a medida cautelar de exibição de documentos em face de sociedade anônima, tal qual exigido no dispositivo, a saber:

[...]

Assim, tem-se que a comprovação da negativa fornecimento administrativo do documento pretendido não essencial à pretensão da parte.

Esse entendimento, contudo, destoa da jurisprudência desta Corte Superior, firmada no sentido de que "falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não lograr demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo 1º da Lei 6.404/1976" (REsp 982.133/RS, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Segunda Seção, julgado em 10/09/2008, DJe 22/09/2008).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. PEDIDO FORMAL À RÉ E RECOLHIMENTO DA "TAXA DO SERVIÇO". AUSÊNCIA. INTERESSE DE AGIR. INOCORRÊNCIA. DECISÃO MANTIDA.

1. "Falta ao autor interesse de agir para a ação em que postula a obtenção de documentos com dados societários, se não logra demonstrar: a) haver apresentado requerimento formal à ré nesse sentido; b) o pagamento pelo custo do serviço respectivo, quando a empresa lhe exigir, legitimamente respaldada no art. 100, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976" - REsp 982.133/RS, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2008, DJe 22/09/2008.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1437512/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 19/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. OMISSÃO QUE NÃO SE VERIFICA. PEDIDO ADMINISTRATIVO. INTERESSE DE AGIR RECONHECIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC.

(...)

2. A Segunda Seção desta Corte de Justiça, quando do julgamento do REsp nº 982.133/RS (Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 22/9/08), processado nos moldes do art. 543-C do CPC/73, consolidou o entendimento de que, nas ações em que se postula a obtenção de documentos com dados societários, para a caracterização do interesse de agir, é necessário o requerimento formal na via administrativa, além do comprovante de pagamento da taxa de serviço, quando a empresa o exigir (art. 100, § 1º, da Lei n. 6.404/1976).

(...)

5. Agravo interno não provido, com aplicação de multa.
(AgInt no REsp 1624810/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO,
TERCEIRA TURMA, julgado em 23/05/2017, DJe 01/06/2017)

Ademais, convém registrar que a jurisprudência desta Casa dispõe que, "embora tenha editado a Súmula 389 ('a comprovação do pagamento do 'custo do serviço' referente ao fornecimento de certidão de assentamentos constantes dos livros da companhia é requisito de procedibilidade da ação de exibição de documentos ajuizada em face da sociedade anônima'), o Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, assentou que a orientação supra não se restringe à ação cautelar de exibição de documentos, aplicando-se também aos pedidos de apresentação de dados formulados incidentalmente em demandas que objetivam o adimplemento contratual" (AgRg na MC 20.827/PR, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 21/8/2014, DJe 8/9/2014).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ADIMPLENTO CONTRATUAL. PEDIDO INCIDENTAL DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA COM CLÁUSULA DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUSTO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PAGAMENTO. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. SÚMULA Nº 389/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. É firme a jurisprudência de ambas as Turmas integrantes da Segunda Seção no sentido de que a Súmula nº 389/STJ é aplicável aos pedidos de exibição incidental dos chamados contratos de prestação de telefonia com cláusula de participação financeira.
3. O deferimento do benefício da justiça gratuita não possui efeito retroativo.
4. Agravo interno não provido.
(AgInt no AREsp n. 1.271.960/DF, Relator o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/8/2018);

Na hipótese em apreço, constata-se que o TJPR afastou a aplicação da Súmula 389 do STJ por não se tratar de medida cautelar de exibição de documentos.

Dessa forma, o acórdão recorrido não refletiu o entendimento deste Tribunal, motivo pelo qual merece reforma.

Diante do exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de reconhecer a ausência de interesse dos recorridos na exibição incidental dos documentos.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

